

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 11 de janeiro de 2019 às 08h19
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

| | |
|---|----------|
| Flamengo agora tem marca protegida junto a Instituto | 3 |
|---|----------|

FLAMENGO

Propriedade Intelectual

| | |
|---|----------|
| China vê progresso em transferência de tecnologia e propriedade intelectual em conversas com EUA | 4 |
|---|----------|

NOTÍCIAS

O Globo | BR

11 de janeiro de 2019 | Propriedade Intelectual

| | |
|---|----------|
| 'Os serviços de lançamento devem ter classe mundial' | 5 |
|---|----------|

SOCIEDADE

Folha do Estado Online | BA

Direitos Autorais

| | |
|---|----------|
| Governo Bolsonaro divulga 'termos de uso de redes sociais' | 8 |
|---|----------|

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Flamengo agora tem marca protegida junto a Instituto

FLAMENGO



A partir deste ano, nenhum novo estabelecimento comercial, produto ou serviço, em qualquer ramo de atividade, poderá utilizar a marca Flamengo para a designação de seu negócio. Isso porque o clube de futebol com o mesmo nome obteve o reconhecimento do status de "**Marca** de Alto Renome" junto ao **INPI** (Instituto Nacional da **Propriedade Industrial**). Com esta condição, o nome do clube passará a receber um tratamento diferenciado em relação à marcas comuns e uma proteção distinta, conferida pela legislação prevista na Lei da **Propriedade Industrial**.

Além de impedir que outros estabelecimentos utilizem a mesma expressão, na prática, a designação de Alto Renome obtida representa uma vantagem em casos de conflitos envolvendo marcas, seja na esfera administrativa ou judicial, com aumento substancial das penas em casos de infração.

Os advogados do Rubro-Negro destacam que os antigos estabelecimentos comerciais que já utilizavam o nome Flamengo, como bares, restaurantes e outros, não terão que alterar seus nomes.

"Apenas novas marcas lançadas ou que venham a ser registradas no **INPI** com o nome Flamengo estão impedidas de utilizar esta designação", explica Carlos Max Oliveira, advogado do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, que representa o clube de futebol na área de propriedade intelectual.

"Com a expansão dos negócios do clube Flamengo e aumento no número de licenciamentos, essa condição para a marca irá agregar maior valor comercial e garantir maior segurança jurídica ao clube e a seus licenciados", destaca o advogado.

O processo para a obtenção do status de Alto Renome foi iniciado em 2014. Atualmente existem apenas 106 marcas de Alto Renome no Brasil, número ínfimo no universo de marcas registradas no **INPI**.

China vê progresso em transferência de tecnologia e propriedade intelectual em conversas com EUA

NOTÍCIAS



Reuters

Porta-voz do Ministério de Comércio da China, Gao Feng 19/06/2018
REUTERS/Thomas Peter

A China e os Estados Unidos avançaram em "questões estruturais" como a transferência forçada de tecnologia e os direitos de propriedade intelectual durante conversas nesta semana, e mais negociações estão sendo organizadas, informou o Ministério do Comércio chinês nesta quinta-feira.

Os três dias de conversas em Pequim, encerrados na quarta-feira, foram as primeiras negociações frente a frente desde que o presidente dos EUA, Donald Trump, e o presidente chinês, Xi Jinping, se encontraram em Buenos Aires e estabeleceram uma trégua de 90 dias na guerra comercial que tem interrompido o fluxo de centenas de bilhões de dólares em bens.

Inicialmente as negociações estavam planejadas para durar apenas dois dias, mas foram prorrogadas porque ambos os lados estavam "sérios" e "honestos", disse o porta-voz do Ministério de Comércio da China, Gao Feng, em coletiva de imprensa.

Questionado sobre o posicionamento da China sobre questões como a transferência forçada de tecnologia, os direitos de propriedade intelectual, barreiras al-

fandegárias e ataques cibernéticos, e se Pequim estava confiante de que poderia chegar a um acordo com os EUA, Gao disse que essas questões "são uma parte importante dessas negociações comerciais".

"Houve progresso nessas áreas", disse, sem fornecer mais detalhes.

Os Estados Unidos apresentaram à China uma longa lista de demandas, que alterariam completamente o relacionamento comercial entre as duas maiores economias do mundo.

As exigências incluem mudanças nas políticas chinesas sobre a proteção de **propriedade intelectual**, **transferências de tecnologia**, subsídios industriais e outras barreiras não alfandegárias ao comércio.

A China tem repetidamente minimizado denúncias de violações de propriedade intelectual e negado acusações de que companhias estrangeiras são forçadas a transferir tecnologias.

Após quase metade dos 90 dias de trégua, houve poucos detalhes concretos sobre qualquer progresso atingido.

Em jogo está o previsto aumento de tarifas dos Estados Unidos contra 200 bilhões de dólares em importações chinesas.

Trump tem dito que irá aumentar essas tarifas para 25 por cento, contra os 10 por cento atuais, se nenhum acordo for alcançado até o dia 2 de março, e tem ameaçado taxar todas as importações da China se Pequim não ceder às demandas norte-americanas.

'Os serviços de lançamento devem ter classe mundial'

SOCIEDADE



mar de Alcântara (CLA), no Maranhão, comerciais de satélites estrangeiros, objetivo é garantir que o CLA preste serviços de "classe mundial". Sobre o acordo de salvaguardas tecnológicas com os EUA, pré-condição para o uso comercial de Alcântara, Pontes afirma que há "compreensão mútua" entre os dois países sobre o texto que deverá ser submetido ao Congresso. E reconhece que, antes de dar início ao uso comercial da base de Alcântara, o Brasil precisa estabelecer uma Lei Geral do Espaço.

"Estamos verificando como as operações espaciais ocorrem em outros centros mundo afora "

ROBERTO MALTCHIK

Quando o senhor acredita que haverá condição de votar no Congresso o AST, acordo de salvaguarda tecnológica com os Estados Unidos, com o objetivo de fazer uso comercial do Centro de Alcântara?

As negociações sobre o AST têm avançado positivamente, com a compreensão mútua de ambas as partes. Acreditamos que, em breve, o texto acordado estará pronto e depois poderá ser apreciado pelos congressistas.

Quais são as garantias mais importantes para que esse acordo não afete a soberania nacional?

O Brasil é um país de destaque nos fóruns mundiais de não proliferação, tais como MTCR (tecnologias de mísseis) e NSG (supridores nucleares). Temos, portanto, uma reputação de país responsável, cumpridor dos compromissos assumidos. Com respeito ao AST, o Brasil vai se comprometer a atuar como ocorre nos principais centros de lançamento do mundo. O detentor do satélite ou do lançador terá

as garantias para que, durante as atividades de lançamento e, na eventualidade de investigação de acidente com exposição de partes desses sistemas, será

ENTREVISTA

Marcos Pontes / ministro da ciência, tecnologia, inovações e comunicações

Novo titular da pasta afirma que sua prioridade no setor espacial será estabelecer uma nova governança no Brasil; para ele, sua exploração atrai 'diversas empresas'

Menos de suas semanas após assumir o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes começa a delinear o Programa Espacial Brasileiro. Escolheu o novo presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Augusto Teixeira de Moura, que conhece os desafios para to-

Continuação: 'Os serviços de lançamento devem ter classe mundial'

respeitado o direito de proteção à **propriedade intelectual**. De qualquer forma, na condição de país lançador, o Brasil manterá sob sua responsabilidade a coordenação geral das atividades de lançamento e rastreamento.

Qual é o modelo de gestão que o senhor entende mais adequado para o uso comercial do CLA?

Os serviços de lançamento devem ter classe mundial. Somente depois disso é que teremos condições de estabelecer o melhor modelo de exploração das atividades, principalmente no que tange a aspectos comerciais. Enquanto isso, estamos verificando como as operações espaciais ocorrem em outros centros mundo afora.

Como o senhor entende que deve ser a atuação da AEB no serviço de lançamento de satélites?

Ao longo deste ano, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro estudou gargalos que precisam ser vencidos na área espacial, e foram propostas soluções. Uma das mais importantes é a nova governança do setor, alinhando nosso programa a um efetivo compromisso de Estado em prol desta e das futuras gerações. A AEB manterá, nesse modelo de governança, diversas atividades que já executa, além de secretariar o Comitê Executivo do Espaço. A título de exemplo, continuará cabendo à AEB o estabelecimento de acordos internacionais e o fomento de atividades junto às nossas universidades e institutos técnicos, de forma que o Programa Espacial desperte vocações e dê o melhor retorno possível aos anseios da sociedade.

O senhor é favorável à concessão da exploração da área do CLA para a iniciativa privada, em um período que possa ir a até 50 anos?

Primeiramente, precisamos de segurança jurídica. Além do AST, temos trabalhos em desenvolvimento para estabelecer uma Lei Geral do Espaço. Com isso, investidores poderão equacionar seus modelos de negócios, de forma que suas atividades sejam não somente rentáveis, mas também indutoras de desenvolvimento tecnológico e socioeconômico para toda a região de Alcântara.

Além de uma eventual concessão de exploração, o senhor concorda com a ideia de repassar a administração do CLA para alguma fundação, com o objetivo de facilitar a alocação de recursos para o centro?

Seria muito prematura qualquer iniciativa nessa direção. Em todo o mundo, há centros espaciais qualificados que fazem o uso de serviços técnicos, logísticos e de segurança de forma associada a organizações de defesa. Portanto, o importante é garantir a qualidade dos serviços.

Em quanto tempo o senhor considera viável o início da exploração comercial do CLA?

O centro já possui um amplo leque de sistemas e serviços capaz de atender, com pequenas adaptações, veículos de pequeno porte. Temos recebido diversas empresas interessadas em se valerem das condições excepcionais de Alcântara. Acreditamos, assim, que tão logo esses aperfeiçoamentos sejam feitos e tenhamos o arcabouço legal definido, poderemos partir para a negociação concreta da exploração comercial.

Qual é sua opinião sobre o Veículo Lançador de Microsatélites?

Está em linha com as tendências do "new space", no que tange a lançamento de satélites de pequeno porte

Continuação: 'Os serviços de lançamento devem ter classe mundial'

e com mais frequência. É um nicho de mercado muito favorável à exploração pelo Brasil. Além disso, após a obtenção dos parâmetros* reais de voo, poderemos, a partir do VLM, desenvolver a família de lançadores Aquila, com maior capacidade de carga.

O senhor pretende dar prioridade para esse projeto?

Prosseguiremos com o desenvolvimento, com a par-

ticipação de nossa indústria, rumo à nossa autonomia em lançamentos de pequeno porte. Aliás, os testes do motor S-50, em desenvolvimento pela Avibrás, têm demonstrado ótimas perspectivas de atender seu desempenho.

Governo Bolsonaro divulga 'termos de uso de redes sociais'

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

O governo Bolsonaro divulgou nesta quarta-feira (9) os termos de uso para as redes sociais. As recomendações foram publicadas no Portal Brasil, site do governo federal para divulgação de notícias institucionais. Veja aqui.

O texto destaca que as páginas do governo nas redes sociais são "um espaço de diálogo, destinado a públicos de todas as faixas etárias e de todos os segmentos da sociedade. E nosso objetivo é utilizar esse espaço para divulgar conteúdos de interesse do cidadão, além de orientações para que todos possam usufruir dos serviços públicos prestados à sociedade".

Ainda de acordo com o documento, os usuários devem agir com "responsabilidade e respeito aos **direitos autorais** e à privacidade". Além disso, "princípios gerais de conduta também devem ser seguidos, como boa-fé, honestidade, cortesia, transparência, moralidade e legalidade".

De acordo com as normas, comentários inadequados poderão ser excluídos. Veja abaixo as regras de participação para os internautas nas páginas do governo federal:

* Expresse-se respeitosamente, lembre-se de que todos têm o direito de emitir sua própria opinião e seu ponto de vista, participe no sentido de manter um clima cordial de diálogo e na promoção de um debate enriquecedor para todos.

* Não poste conteúdos repetitivos ou fora do contexto e evite distorcer os assuntos tratados. Todos os comentários devem estar relacionados ao tema apresentado ou ao objeto da discussão, sendo as críticas construtivas.

* Não repasse, em nome próprio ou de terceiros,

spams, correntes ou links suspeitos, muito menos os que contenham conteúdos fraudulentos ou danosos, que possam causar algum prejuízo aos demais usuários.

* Não participe com mensagens, comentários ou notas escritas exclusivamente com letras maiúsculas, esse formato pode ser percebido pelos demais usuários como agressivo, quase um grito.

* Não publique conteúdos propagandísticos, comerciais ou publicitários de interesse da iniciativa privada. Priorize conteúdos que sejam importantes para todos, de utilidade pública ou vinculados à temática tratada.

* Não divulgue informações confidenciais ou pessoais, como endereços, nomes de familiares, números de telefones, de documentos de identificação, de cadastros em programas sociais, de valores recebidos ou qualquer outro dado que possa gerar alguma exposição desnecessária ou situação de risco, para você ou para terceiros.

* Não publique mensagens com conteúdos abusivos, ilegais, nocivos, ameaçadores, jocosos, profanos, difamatórios, discriminatórios, ofensivos ou obscenos, nem que caracterizem calúnia, difamação, assédio ou discriminação de qualquer espécie.

* Certifique-se da veracidade dos fatos antes de divulgá-los, para evitar a disseminação das chamadas fake news, especialmente notícias falsas que contenham temas que afetem a reputação de terceiros.

* Não utilize linguagem chula, de baixo calão, depreciativa ou que contenha tom inflamatório, com insultos ou incitação ao ódio e à violência. Contribua para um diálogo respeitoso ou uma discussão elevada e proveitosa.

Continuação: Governo Bolsonaro divulga 'termos de uso de redes sociais'

* Não publique conteúdos pejorativos, que façam uso irresponsável da imagem de terceiros, de servidores e autoridades públicas ou de órgãos e entidades governamentais. Todos ganham quando aprimoramos os serviços prestados ao cidadão.

* Não utilize o presente espaço para realizar propaganda eleitoral ou campanha político-partidária; para emitir opiniões favoráveis ou contrárias a candidatos partidos políticos, autoridades públicas ou que sejam destaque nacional; para promoção de nomes e números de candidatos, siglas e nomes de partidos, slogans de campanhas partidárias ou mesmo conteúdos que contenham expressões como "eleições", "segundo turno" ou outras nomenclaturas da espécie. Este não é o local apropriado para esse tipo de assunto.

Da violação e da reincidência

Diante da violação a esses termos, as mensagens inadequadas poderão ser removidas e o usuário advertido, ou mesmo bloqueado, de forma temporária ou definitiva, independentemente de justificativa, consulta ou alerta prévio e sem prejuízo de outras medidas.

Da responsabilização quando caracterizado o desrespeito às regras estabelecidas nestes termos de uso

A violação das regras aqui estabelecidas poderá sujeitar os infratores às responsabilizações civil, administrativa ou eleitoral, se for o caso, e ao pagamento de indenização por dano material, moral ou à imagem.

Da tipificação penal de possíveis violações a estes termos de uso

As infrações aos termos de uso aqui estabelecidos poderão ser enquadradas como calúnia, difamação e injúria, além de violação de **direito autoral**, tipificados nos artigos 138, 139, 140 e 184 do Código Penal Brasileiro, podendo ser punidas com detenção e multa.

Concordância com os termos de uso

Ao utilizar o espaço, você estará de acordo com as regras de uso e de privacidade aqui descritas.

Com informações do Portal Brasil.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI

3

Propriedade Industrial

3

Propriedade Intelectual

4, 5

Inovação

4

Direitos Autorais

8